



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
CAMPOS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**MAURO PEREIRA DA SILVA**

**ESCOLA CAIC DE PARNAÍBA- PI: educação no contexto de redemocratização  
do Brasil**

**PARNAÍBA-PI**

**2024**

**MAURO PEREIRA DA SILVA**

**ESCOLA CAIC DE PARNAÍBA- PI: educação em um contexto de  
redemocratização do Brasil**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mary Angélica Costa Tourinho

**PARNAÍBA-PI  
(2024)**

S586e Silva, Mauro Pereira da.

Escola CAIC de Parnaíba- PI: educação em um contexto de redemocratização do Brasil / Mauro Pereira da Silva. - 2024.  
57 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Curso de Licenciatura Plena em História, *campus* Professor Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba – PI, 2024.

“Orientadora: Profa. Dra. Mary Angélica Costa Tourinho.”

1. Universalização da Educação. 2. Redemocratização Brasileira.  
3. PRONAICA. 4. Escola CAIC – Parnaíba (PI). I. Título.

CDD: 907



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA  
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA



**ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
(conforme RESOLUÇÃO CEPEX 014/2011 de 13 de maio de 2011)

Aos 12 dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às 15:00 horas, no miniauditório, *Campus* Professor Alexandre Alves de Oliveira - UESPI, na presença da banca examinadora, presidida pelo(a) professor(a) **Mary Angélica Costa Tourinho** e composta pelos seguintes professores membros: **Keila Carvalho Chanove** e **Fernando Bagiotto Botton**, o(a) aluno(a) **Mauro Pereira da Silva**, apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título: **ESCOLA CAIC DE PARNAÍBA - PI: educação em um contexto de redemocratização do Brasil**. A banca examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pelo resultado **aprovado** ora formalmente divulgado ao(a) aluno(a) e aos demais participantes, e eu professor(a) Mary Angélica Costa Tourinho, na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros e pelo(a) aluno(a) apresentador(a) do trabalho.

A nota concedida pela banca: 10,0 (dez).

Documento assinado digitalmente



MARY ANGELICA COSTA TOURINHO  
Data: 17/06/2024 17:09:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra.

Mary Angélica Costa Tourinho

Documento assinado digitalmente



KEILA CARVALHO CHANOVE  
Data: 19/06/2024 17:02:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma.

Keila Carvalho Chanove

Documento assinado digitalmente



FERNANDO BAGIOTTO BOTTON  
Data: 19/06/2024 17:40:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr.

Fernando Bagiotto Botton

Documento assinado digitalmente



MAURO PEREIRA DA SILVA  
Data: 17/06/2024 20:10:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aluno

Mauro Pereira da Silva

## **AGRADECIMENTOS**

Ao olhar para trás, contemplando toda a jornada que percorri até este momento, vejo-me cercado por uma rede de apoio muito forte e amorosa que me faz sentir profundamente grato. Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho.

Primeiramente, aos meus professores, cuja orientação e incentivo foram fundamentais em cada etapa deste percurso acadêmico. Em particular minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Mary Angélica Costa Tourinho, pelos seus valiosos ensinamentos, suas críticas construtivas e conhecimento na área que foram verdadeiramente inspiradores, além da sua enorme paciência e compreensão. Sem sua orientação, este trabalho não teria alcançado a qualidade que almejamos.

Agradeço ainda ao professor Marcos Antônio de Carvalho que me acompanhou durante o ensino médio e me fez despertar o interesse pela disciplina de história e a compreendê-la como uma ciência indispensável para a compreensão da vida em sociedade.

Um agradecimento em especial a professora Keila Carvalho Chanove a quem guardo um grande carinho pela ajuda e ensinamentos a mim direcionado no período em que estive na escola Prof.<sup>a</sup> Albertina Castelo Branco – CAIC, onde cursei todo o ensino fundamental de 1994 a 2003 e ainda pela colaboração com material de seu arquivo pessoal que me auxiliou no processo de construção deste trabalho.

À minha família, que está sempre ao meu lado em todos os momentos. Agradeço do fundo do coração ao meu pai Francisco das Chagas Pereira da Silva e minha mãe Joana Pereira da Silva, que mesmo sem instrução alguma fizeram inúmeros sacrifícios para me proporcionar as melhores oportunidades de crescimento e aprendizado.

Ao meu irmão Antônio Pereira da Silva, sempre ao meu lado compartilhando risadas, conselhos e experiências de vida. Sua presença é um lembrete constante de que não estou sozinho nesta jornada, e por isso, sou eternamente grato.

À minha esposa, pois seu apoio inabalável, compreensão e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar a este trabalho com tranquilidade e foco.

A todos vocês, meu mais profundo obrigado por acreditarem em mim, por me motivarem a superar desafios e por celebrarem comigo cada pequena conquista. Este

trabalho não é apenas meu, mas nosso, pois cada um de vocês deixou sua marca nele, tornando-o mais rico e significativo.

Com todo o meu amor e gratidão,

Mauro Pereira da Silva

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico de nível médio de escolarização por UF no Brasil 1990.....	22
Figura 2 - Taxa de Analfabetismo e Expectativas de ano de estudos.....	25
Figura 3 - Tabela de resumo de gastos do Projeto NEBE (Projeto de Educação Básica no Nordeste).....	32
Figura 4 - Presidente Fernando Collor e sua esposa Rosane Collor em solenidade de inauguração do 1º CIAC em Brasília 1991.....	38
Figura 5 - Casas de Taipas típicas habitações da periferia de Parnaíba dos anos de 1980 e 1990. ....	41
Figura 6 - Planta-baixa e volumetria da proposta piloto para os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente CAIC, elaborada por Lelé. ....	45
Figura 7 - Redesenho computacional dos desenhos técnicos do bloco administrativo do CAIC José Jofilly semelhante ao do CAIC de Parnaíba - PI.....	46
Figura 8 - Vista Aérea da Escola Profª. Albertina Furtado Castelo Branco - CAIC, em Parnaíba.....	47
Figura 9 - Peça teatral apresentada no Mini no CAIC de Parnaíba.....	49
Figura 10 - Feira Cultural no CAIC de Parnaíba apresentação de Regionalismo Nordestino.....	49
Figura 11 - Profª. Ana Maria e Alunos representando o escultor e suas obras Estátuas.....	50
Figura 12 - Dramatização de casamento matuto, em festa junina na quadra da escola CAIC. ....	51

## LISTA DE SIGLAS

CAIC's	Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CENSO	Recenseamento Demográfico
CIAC's	Centros Integrados de Atenção à Criança
CIEP's	Centros Integrados de Educação Públicas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAEC	Fábrica de Equipamentos Comunitária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEBE	Northeastern Basic Education (Projeto de Educação Básica no Nordeste)
PDE	Plano Decenal de Educação para Todos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Programa Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAICA	Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
SEPESPE	Secretaria de Projetos Educacionais Especiais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal analisar o contexto histórico e os aspectos políticos, sociais e pedagógicos entre as décadas de 1980-1990, que possibilitaram a fundação da escola Prof.<sup>a</sup> Albertina Furtado Castelo Branco - CAIC no município de Parnaíba. O questionamento central foi entender quais foram os fatores que contribuíram para a criação dessa escola. Para isso, buscamos compreender o contexto histórico que culminou na implantação das escolas CAICs, tanto no âmbito nacional quanto local; analisar o modelo de arquitetura e os espaços pensados para aprimorar a educação e o aprendizado; identificar e analisar os modelos de projetos políticos pedagógicos presentes no contexto. A escola Prof.<sup>a</sup> Albertina Furtado Castelo Branco faz parte da rede de escolas CAIC, criadas na década de 1990, pelo governo federal com o intuito de oferecer uma educação de qualidade às crianças e jovens de baixa renda. No entanto, a pesquisa se concentrará especificamente na escola de Parnaíba. O estudo trata do contexto histórico em que surgiu a ideia de implantação desses modelos de escola, tanto em nível nacional quanto local. Sendo analisados os principais aspectos políticos, sociais e pedagógicos que influenciaram a criação da referida escola, como o estado da educação pública no país na época e os movimentos sociais em prol da melhoria da educação. Foi também analisado o modelo de arquitetura proposto para a escola CAIC, que buscava criar espaços que estimulassem o aprendizado e possibilitassem uma educação mais inclusiva e integral. Por fim, a pesquisa pretende contribuir para um maior entendimento sobre o contexto histórico educacional da cidade que levaram à criação da escola CAIC de Parnaíba, bem como para uma reflexão sobre a importância da educação como um direito para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

**Palavra-Chaves:** Universalização da Educação; Redemocratização Brasileira; PRONAICA; Escola CAIC de Parnaíba.

## ABSTRACT

This course conclusion work's main objective is to analyze the historical context and the political, social and pedagogical aspects between the 1980s and 1990s, which enabled the founding of the Prof. Albertina Furtado Castelo Branco - CAIC school in the municipality of Parnaíba. The central question was to understand what were the factors that contributed to the creation of this school. To do this, we sought to understand the historical context that culminated in the implementation of CAICs schools, both nationally and locally; analyze the architectural model and spaces designed to improve education and learning; and identify and analyze the models of political pedagogical projects present in the context. The Prof. Albertina Furtado Castelo Branco school is part of the CAIC school network, created in the 1990s by the federal government with the aim of offering quality education to low-income children and young people. However, the research will focus specifically on the Parnaíba school. The study will delve into the historical context in which the idea of implementing these school models emerged, both at a national and local level. The main political, social and pedagogical aspects that influenced the creation of the school were analyzed, such as the state of public education in the country at the time and social movements in favor of improving education. The architectural model proposed for the CAIC school was also analyzed, which sought to create spaces that stimulate learning and enable a more inclusive and comprehensive education. Finally, the research aims to contribute to a greater understanding of the historical educational context of the city that led to the creation of the CAIC school in Parnaíba, as well as to a reflection on the importance of inclusive and quality education for the formation of critical and conscious citizens.

Keywords: Universalization of Education; Brazilian Redemocratization; PRONAICA; CAIC School of Parnaíba.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM MEIO AO CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DO BRASIL NO FINAL DOS ANOS 1980 E INÍCIO DOS ANOS DE 1990.....</b>	<b>14</b>
2.1 Contexto regional da educação no Nordeste e no estado do Piauí na década de 1990.....	20
<b>3 EDUCAÇÃO NO BRASIL DOS ANOS DE 1990 E OS PROJETOS PENSADOS PARA MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO. ....</b>	<b>26</b>
<b>4 PROJETO DE CONSTRUÇÃO, ARQUITETURA E ESPAÇOS PENSADOS PARA A ATENÇÃO INTEGRAL DOS CAIC'S. ....</b>	<b>37</b>
4.1 Projeto arquitetônico dos CAIC's e os espaços Inspiradores para o Aprendizado, a Cultura e o Atendimento social. ....	42
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, o Brasil passava por uma profunda mudança, após anos de regime militar opressor e ditatorial, ocorrido entre os anos de 1964 a 1985. Após esse período, o estado brasileiro entrou em um processo de redemocratização que influenciou fortemente toda a sociedade brasileira em seus múltiplos aspectos, o social, político, financeiro e educacional, onde diversos setores da sociedade civil, antes silenciada, começaram a se mobilizar em favor de políticas públicas que possibilitassem melhorias sociais para grande maioria da população.

É neste contexto de volta gradual a democracia que o país chega ao final do ano de 1989, sofrendo ainda com a instabilidade política e uma enorme dificuldade na área econômica. No período que compreende de (1985-1990), o país foi governado por José Sarney, que por meio de seus planos econômicos procurou recuperar o crescimento econômico brasileiro, no entanto, não foi bem-sucedido e acabou deixando o país com as mais altas taxas de inflação da história. Todavia, é importante destacar que foi durante o mandato de José Sarney que a Assembleia Constituinte foi instalada em 1987, representando um passo crucial para a efetiva retomada da democracia no país. Foi através desse processo que um forte sentimento de reconstrução da sociedade se desenvolveu, enquanto os debates na Assembleia Constituinte deram origem a uma série de iniciativas e projetos que fluíram da sociedade civil, alguns foram adotadas pelo governo, buscando enfrentar os graves problemas que assolavam o país.

Com a promulgação da nova constituição em 1988, foram inseridos diversos pontos que eram reivindicações populares para melhorias sociais. Um dos ganhos importantes foi a inclusão do Art. 205 da Constituição Federal que declarou “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade...” (Brasil, 1988, cap III. art. 205).

Em relação à educação brasileira o país iniciou o ano de 1990, passando por uma reformulação, com o governo federal promovendo logo no início da década, a criação de projetos para tentar sanar os altos índices de analfabetismo brasileiro, que embora viessem caindo ano a ano, ainda demonstravam que em 1990 aproximadamente 18% da sua população era analfabeta, conforme apontam os dados do censo de 1991(IPEA, 1999). Esses eram números vergonhosos em um país de

dimensões continentais e que possuía aproximadamente 146.154.502 de habitantes, segundo dados preliminares divulgados pelo IBGE em 1991(CENSO, 1991).

Dados divulgados pelo (PNAD/IBGE), demonstram ainda que o Brasil tinha cerca de: "...60 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de zero a 17 anos, o que representa 41% do total de habitantes. Desse total, 15 milhões encontravam-se na faixa de indigência" (Sobrinho, 1995. p.5).

Dessa maneira projetos como o "Minha Gente", que mais tarde viria a ser tornar o "PRONAICA" (Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), responsável pela implementação e criação das escolas CAIC's (CENTROS DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE), tiveram importante papel na tentativa de recuperação do sistema educacional da época.

Os CAIC's, foram escolas criadas para diminuir os altos níveis de analfabetismo e baixa frequência de alunos nas escolas, baseado em projetos como o dos CIEP's, de Darcy Ribeiro que já funcionava desde os anos de 1980 no Rio de Janeiro, período em que Leonel Brizola <sup>1</sup>era governador desse estado.

Cabe considerar que Darcy Ribeiro, antropólogo e sociólogo, foi um ferrenho defensor da construção de uma educação mais igualitária e que permitisse ao indivíduo ser agente transformador da sociedade, filiado ao PDT (Partido Democrata Brasileiro) nos anos oitenta, foi vice-governador do Rio de Janeiro e secretário do Projeto Especial de educação do estado, e responsável pela criação das 500 escolas de tempo integral os CIEP's

Já em 1990, eleito senador Darcy Ribeiro, continuou atuando em defesa da cultura e da educação. Participou do debate de quase oito anos para a promulgação de uma nova LDB. Sendo ao lado de Marco Maciel, Maurício Correa um dos criadores do projeto de lei que deu origem à Lei 9394/1996, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, sancionada em 1996 pelo então presidente do Brasil na época, Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

---

<sup>1</sup> Leonel Brizola, foi um político de grande relevância nacional, eleito governador em dois estados diferentes, no Rio Grande do Sul (1959-1963) pelo partido PTB e no Rio de Janeiro (1983-1987) e (1991-1994) pelo PDT. Político ativo sempre esteve preocupado com a educação e a defendia como ferramenta importante o desenvolvimento e equidade social, desenvolveu em suas gestões governamentais inúmeras políticas voltadas para a educação. Tendo como destaque o investimento em ampliação e construção de escolas, sendo exemplos destas as escolas Brizoletas no estado do Rio Grande do Sul ( De Quadros, 2001, p. 1-12) e o projeto dos CIEP's no Rio de Janeiro que representou um marco na educação do estado. (Da Costa, 2022, p. 1-18).

O projeto a nível nacional dos CAIC's, tinha como proposta melhorar a qualidade de ensino aprendizagem e para alcançar esse objetivo, os alunos teriam além da grade curricular acesso à cultura, desporto e saúde.

É nesse contexto político e educacional que se deu o processo que viabilizou a criação e implantação das escolas CAIC's, no âmbito dessa proposta de trabalho, a Escola Prof.<sup>a</sup> Albertina Furtado Castelo Branco – CAIC, de Parnaíba – PI.

Ao percebermos que trabalhos que tratam sobre a criação e história de instituições de ensino são escassos, principalmente, no que diz respeito ao estado do Piauí e mais ainda no município de Parnaíba, optamos por dar visibilidade a importância de entendermos e compreendermos políticas e práticas educacionais que se manifestam na sociedade.

O fato de haver pouquíssimos trabalhos que tratem sobre a temática da história de instituições de ensino do município, além do fator pessoal da instituição CAIC de Parnaíba ter feito parte de toda a minha vida escolar durante educação básica, nos motivou a escrever sobre a história da escola CAIC de Parnaíba, contudo, a escrita deste trabalho para além do seu valor como fonte para pesquisa futuras em temas afins, também pode contribuir com a história da educação do Brasil pós ditadura militar em espaços que estejam fora dos grandes centros, em meio processo de redemocratização política e educacional, buscando entender qual o contexto histórico e aspectos políticos, sociais e pedagógicos que permitiram instauração da escola Prof.<sup>a</sup> Albertina Furtado Castelo Branco – CAIC na cidade de Parnaíba.

Sendo assim, buscamos compreender o contexto histórico que gerou a implantação dos CAICs a nível nacional e local, analisando a arquitetura e os espaços pensados para melhoria da educação e aprendizagem, em relação ao modelo de projetos políticos pedagógicos do contexto.

As escolas CAIC's foram implantadas em várias regiões brasileiras, em um momento da história brasileira em que tanto no país quanto no mundo há uma séria preocupação com as ações sociais e o bem-estar das crianças e adolescentes, sendo reforçada esta preocupação por vários órgãos internacionais dentre eles o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) e até órgãos financeiros como FMI (Fundo Monetário Internacional). Embora tivessem interesses diferentes, todos defendiam melhoria na qualidade educacional de países como Brasil.

Desenvolvemos uma pesquisa descritiva, com uma abordagem de metodologia qualitativa onde realizamos análises de fontes e documentos, além de pesquisas bibliográficas para fornecer bases sólidas que viabilizassem o desenvolvimento deste trabalho.

Este trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro será identificado o contexto social e político que influenciou diretamente o governo brasileiro a adotar medidas pensadas para melhorar a qualidade da educação brasileira.

No segundo capítulo, trataremos sobre as políticas educacionais discutidas na época, efetivas práticas adotadas no contexto histórico brasileiro e regional para o aumento na qualidade educacional do país pós ditadura militar.

E no terceiro, trataremos da construção e implantação das escolas CAIC's, dando foco na Escola Prof.<sup>a</sup> Albertina Furtado Castelo Branco de Parnaíba, analisando modelo de arquitetura, espaços de socialização pensados como um caminho para melhoria na aprendizagem, inclusão por meio de ações culturais e benefícios sociais.

Por fim, observamos que a instalação da Escola CAIC na cidade de Parnaíba é reflexo de um contexto e uma convergência de esforços políticos, sociais e pedagógicos para enfrentar desafios educacionais e sociais nas regiões do país de maior vulnerabilidade, objetivando a melhoria da qualidade de vida das crianças e suas famílias, o que não significa que foram realmente efetivadas.

## **2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM MEIO AO CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DO BRASIL NO FINAL DOS ANOS 1980 E INÍCIO DOS ANOS DE 1990.**

A compreensão do contexto histórico de qualquer que seja a época passa inevitavelmente pela compreensão política e social do período em questão. Assim sendo a análise do momento político e social vivido no mundo e no estado brasileiro do final dos anos 1980 e início dos anos de 1990 nos permitirá identificar em qual conjuntura o Brasil passa a criar mecanismos para melhoria na educação do país.

Durante a década de 1980, havia na política internacional a preocupação com dois aspectos: o financeiro, devido à crise da década anterior, e o social, onde ambos afetaram de maneira significativa a educação. A “década perdida”, assim passou a ser chamada a década de 1980, já que durante este período o mundo e, principalmente, a América Latina sofreu para controlar as elevadas taxas de juros dos seus empréstimos obtidos junto a órgãos financeiros internacionais como FMI.

A política financeira adotada internacionalmente de um capitalismo neoliberal trouxe para década de 1980 inúmeras perdas no âmbito social, nesse sistema neoliberal destacam-se duas principais lideranças: a primeira ministra Britânica Margaret Thatcher exercendo esse cargo de 1979 a 1990 e o Estadense Ronald Reagan o 40º presidente americano que permaneceu no cargo de 1981 a 1989. Ambos eram adeptos de uma política conservadora e defendiam o chamado estado mínimo, ou seja, o Estado deveria ter a menor influência possível no mercado, principalmente, no que diz respeito a economia. A privatização de estatais e a redução da taxa de juros para as empresas eram exemplos de uma visão compartilhada por esses dois líderes mundiais. No entanto, a defesa dessa política econômica liberal para alcançar o objetivo de melhoria de um país implicava na redução de gastos com políticas sociais o que resultava em cortes de gastos em áreas fundamentais como a saúde e educação.

No contexto brasileiro não foi diferente e embora as privatizações só tenham acontecido em maior número nos anos de 1990, o estado brasileiro adotou em diversos aspectos o sistema neoliberal, conforme apontam Bach e Barros:

[...] o regime em recente processo de redemocratização do Brasil com o governo José Sarney (1985-1990), também aderiu às reformas neoliberais, não pela força, mas pela manipulação proposital de altas taxas inflacionárias.

Reformas levadas à sequência pelos governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) e institucionalizadas nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994 -2002). (Bach, Barros, 2012, p. 4).

No início dos anos de 1990, o mundo volta-se para as cúpulas e reuniões de vários órgãos internacionais, o debate sobre temas como: fim da Guerra Fria, Globalização Econômica, Direitos Humanos, Educação e o Desenvolvimento tornaram-se frequentes e foi a partir disso que os temas sociais como direitos humanos e Educação para Todos como Direito Universal passaram a ser destaque do período.

No início da década de noventa foi possível observar que os órgãos internacionais como a UNICEF, UNESCO e até mesmo o BANCO MUNDIAL estavam embora por razões diferentes, tratando a educação como um tema de muita relevância, foi a partir disso que no ano de 1990 houve em dois momentos uma forte discussão a respeito da universalização da educação, a primeira em março na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien na Tailândia e a Cúpula Mundial pela Criança em setembro do mesmo ano em Nova York nos EUA. Ambos os eventos foram cruciais para demonstrar a conscientização internacional que emergia com relação à educação como importante meio de desenvolvimento social como queriam órgãos como a UNICEF e UNESCO e econômico como BANCO MUNDIAL.

Em Jomtien, se reuniram líderes de diversos países a fim de discutir a promoção de melhorias no sistema educacional mundial, Sobrino e Parente (1995) destacam que, no caso do brasileiro embora o número de analfabetos estivessem em queda desde a década de 1980 e que o estado brasileiro ainda possuía um número significativo de pessoas que não possuíam o primeiro grau completo, dessa forma a falta de qualificação ocasionava um aumento na taxa de desemprego e vulnerabilidade social, contudo, foi da conferência em Jomtien que saiu a Declaração Mundial sobre Educação para Todos que em seu Art. 1º, já tratou sobre a garantia de acesso de uma educação básica de qualidade para todos/as:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a

escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (Jomtien, 1990, p. 2).

A criação dessa declaração, foi ratificada na Cúpula de Nova York em setembro do mesmo ano de 1990. Onde novamente vários países discutiram sobre a extrema importância da educação. Além disso vale destacar que nesta Cúpula da Criança organizada pelo UNICEF foram discutidos também assuntos relacionados à exploração e abusos infantis a garantia de acesso à educação para todas as crianças até ano de 2000.

É nessa cúpula que será aprovada a Convenção dos Direitos das Crianças, sendo que: “no caso do Brasil, a Convenção dos Direitos da Criança e demais recomendações da cúpula convergem com os princípios definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1991”. (Terra, 2016). As decisões tomadas nesta cúpula, serão de fundamental importância na concepção do projeto, criação e implantação das escolas CAIC's em todo território nacional. Sobre os objetivos do PRONAICA e como estes estão relacionados aos discursos acerca do tema da proteção de crianças e adolescentes Parente e Sobrinho afirmam que:

Seus fundamentos estão centrados na urgência de reverter as precárias condições de vida de parte das crianças e adolescentes brasileiros, nos posicionamentos e compromissos internacionais e na Constituição Federal de 1988, que estabelece nos seus dispositivos relativos à área social importância primordial a essa questão, para o que o Estado deverá assumir e dispensar apoio e atenção especiais, provendo os meios necessários pelo desenvolvimento de programas de assistência social à criança e ao adolescente. (Sobrinho, Parente, 1995, p.16).

No Brasil, as repercussões desses eventos chegaram em um momento de transição após anos de um regime militar que controlava rigorosamente a educação do país com censura e perseguições a professores. Após o período de ditadura militar o cenário encontrado no Estado brasileiro era desolador em vários aspectos, a

economia estava devastada pela inflação, havia uma alta taxa de desigualdade social, e o sistema educacional estava defasado. Pinheiro Junior (2014) observa que:

[...] de 1988 a 1993, o sistema de políticas sociais constituiu uma área importante de ação do Estado. Porém, seu desempenho esteve sempre aquém das necessidades sociais da população, mesmo no período de sua expansão acelerada. (Pinheiro Junior, 2014).

No que diz respeito à educação, o Brasil passou a compartilhar do entendimento de que a educação era essencial para o desenvolvimento do país assim como defendiam órgãos internacionais, a visão era de que a defesa do direito à educação e universalização desta ajudaria no amplo crescimento de países em desenvolvimento como o Estado brasileiro, ou seja, as carências educacionais também acabavam por prejudicar a implementação de uma economia neoliberal.

Após documentos gerados e aprovados em conferências e Cúpulas com em Jomtien e Nova York, o estado brasileiro nos anos noventa, cria normas jurídicas como a que dispõe sobre Estatuto da Criança e Adolescente ainda no ano de 1990, trazendo na forma, da Lei de nº 8.069 de 13 de julho de 1990, no seu Art. 53 o seguinte:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- ~~V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.~~
- V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. [\(Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019\)](#)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (Brasil, 1990).

A criação do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), foi um outro fator significativo quando pensamos no cumprimento das demandas de proteção das crianças e adolescentes defendidas por instituições como o UNICEF, sendo que a partir da criação do ECA que o governo federal passou a pensar em uma nova política

educacional nacional, priorizando a educação como um direito básico, além da proteção contra o trabalho infantil e a evasão escolar.

Aqui se faz necessário uma breve passagem das mudanças no executivo brasileiro no contexto de implementação de políticas educacionais. A recente retomada da democracia em 1989, trouxe para o contexto político brasileiro o então empossado presidente do Brasil Fernando Collor de Melo (1990-1992), sendo um político de caráter mais liberal, adotou uma política financeira baseada no sistema neoliberal, alinhado as orientações de intuições financeiras como FMI, de quem o governo brasileiro necessitava para garantir o desenvolvimento no país.

Em 1991, o governo brasileiro cria o programa “Minha Gente”, que mais tarde viria a se chamar PRONAICA (Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente). E é inicialmente dentro do projeto “Minha Gente”, que vão se originar as instituições de ensino CIAC’s, porém, é necessário compreendermos que: “os CIAC’s não são um projeto em si mesmos. Constituem, antes e apenas, os espaços físicos destinados ao desenvolvimento da proposta efetiva, isto é, o Projeto “Minha Gente” (Ferretti, 1992).

A ideia era de que seguindo as experiências de outros projetos como o do Rio de Janeiro das escolas CIEP’s, estas instituições educacionais os CIAC’S teriam uma abrangência nacional, além de oferecer atendimento da pré-escola trabalharia com a proposta de ensino integral.

No entanto, após uma série de denúncias de corrupção o governo do Presidente Fernando Collor chega ao fim no ano de 1992 pouco se fazendo de efetivo para implementação do projeto “Minha Gente”, que fora revogado em diversos decretos até ser reformado e instituído pela Lei nº 8.642 já em março de 1993 durante a gestão do então presidente Itamar Franco (1993-1994), que rebatizou o programa como PRONAICA.

Assim, em fevereiro de 1994, pelo decreto nº 1.056 é regulamentada a lei que cria o PRONAICA. Trazendo logo em seu Art. 1º a forma descentralizada como seria instituído o programa utilizando do trabalho em conjunto da União, estados e municípios além do setor privado e a sociedade civil.

O Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Pronaica) promoverá e coordenará o desenvolvimento de ações de atenção integral a crianças e adolescentes, de forma descentralizada, articulada e

integrada, por meio de órgãos federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e com a cooperação de organismos internacionais. (Brasil, 1994).

Da mesma forma como o programa “minha gente”, foi reformulado e rebatizado as instituições que viriam a se transformar na parte operacional, as escolas também ganharam uma nova nomenclatura passando de CIAC (Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente) para CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente).

De início, o governo federal tinha como meta a criação de cinco mil unidades do CAIC's, “para atender aproximadamente seis milhões de crianças, sendo 3,7 milhões em escolas de primeiro grau e 2,3 milhões em creches e pré-escolas” (SOBRINHO, PARENTE,1995), e, é dentro desse contexto a partir da iniciativa do governo brasileiro com projeto do PRONAICA, que entre os anos de 1993 e 1994 haverá a construção e instalação de diversas unidades do CAIC's pelo país como é o caso da Escola Prof.<sup>a</sup> Albertina Furtado castelo Branco – CAIC, na cidade de Parnaíba no Piauí.

O governo brasileiro buscando alinha-se com as políticas neoliberais adotou um modelo de descentralização para o financiamento do projeto do CAIC's, entre União, estados e municípios, para atingir o objetivo de implantação de forma de educação mais abrangente, buscando ser mais eficaz, sobre todo território nacional.

O governo federal tem como principais responsabilidades no programa: a elaboração do projeto arquitetônico e de engenharia; a construção da estrutura física; os equipamentos; a manutenção das equipes de coordenação geral e técnica[...]. Aos governos estaduais compete assegurar os recursos humanos necessários ao funcionamento — dirigentes e docentes — e compartilhar com os municípios as despesas de operação e manutenção dos CAIC's. Aos municípios competem a aquisição do terreno e a manutenção dos CAIC's, com o uso de recursos próprios ou do apoio financeiro estadual, de organismos privados e da comunidade local. (Sobrinho, Parente, 1995, p. 11).

O financiamento bem como a construção dos CAIC's, ficou a cargo da secretária de Projetos Educacionais Especiais – SEPESPE com a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto, conforme afirmam Sobrinho e Parente(1995)

o MEC assumiu o compromisso a curto prazo de construir nas diversas regiões do país 423 unidades das escolas CAIC, desde número podemos destacar que a partir de dados divulgados pelo IPEA(Sobrinho, Parente, 1991), entre os anos de 1993 e 1994 havia na região Nordeste um total de 40 CAIC's construídos e funcionando, 37 em obras e 18 com construção autorizada, perfazendo um total de 95 unidades.

Há ainda um aspecto interessante a ser observado, a disparidade na distribuição das escolas no país, a diferença na quantidade de escolas CAIC's construídas entre as regiões sul e sudeste em comparação com a região norte e nordeste do Brasil, o que pode ser analisado como um reflexo da desigualdade regional brasileira, principalmente, no que diz respeito as políticas sociais e educacionais históricas que existiam no país durante os anos noventa e que em alguma medida ainda persistem. Isso se torna perceptível quando analisamos os dados divulgados pelo MEC/Sepespe/ CAT de maio de 1994( Sobrinho, Parente, 1991), que apresentava os seguintes dados das 359 unidades dos CAIC's concluídos ou em processo de construção ou autorização, 40% ficava na região sudeste enquanto as regiões nordestes e norte juntas não chegavam representavam apenas 25%, com o norte brasileiro não possuindo nenhum CAIC inaugurado demonstrando assim uma discrepância nas políticas educacionais do estado brasileiro.

## **2.1 Contexto regional da educação no Nordeste e no estado do Piauí na década de 1990.**

A carência na área social em todo o Brasil da década de 1990 era uma característica negativa do país, vivendo em um momento de transição do regime militar para democracia, e tendo diante de si um grave cenário o governo federal realizou o censo no ano de 1991, onde foram feitos levantamentos das características demográficas e socioeconômicas fundamentais para que fossem formuladas políticas públicas na área social contemplando também a educação. Com base nessa pesquisa o governo passou a trabalhar na melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira como aponta o IPEA em estudo realizado em 2015. Nessa perspectiva Campos (2015) ainda completa:

Ao longo da década de 1990, a implantação/extensão se fez sentir, por exemplo, por meio de novos programas, em áreas como a previdência

(aposentadorias e pensões rurais) e a assistência (transferências condicionadas de rendimentos). (Campos, 2015, p. 19).

Com exceção da previdência social durante a década de 1990, o Estado brasileiro adotou um sistema de descentralização de políticas sociais em todo território nacional. Para Arretche (1999) a educação fundamental, a saúde e o saneamento básico são alguns exemplos dos setores que tiveram a implantação dessas políticas de descentralização federal, que ao dar maior liberdade a estados e municípios demonstrou o caráter de diminuição de gastos do governo federal com políticas públicas.

Com elevadas taxas de analfabetismo, principalmente, nas regiões mais carentes do país, a União se preocupou em acelerar a processo de alfabetismo através de programas como PRONAICA na tentativa de ajudar no combate aos alarmantes índices educacionais do Brasil nos anos de 1990.

Em 1990, apenas 19% da população do país possuía o primeiro grau completo; 13%, o nível médio e 8% possuía o nível superior. Considerando a importância do ensino fundamental e médio para assegurar a formação de cidadãos aptos a participar democraticamente no mundo da vida e do trabalho. (PNUD/IPEA, 1996, p. 5).

A escassez de indivíduos com ensino médio completo, evidenciavam a necessidade de investimentos em políticas públicas voltadas para a universalização e melhoria da qualidade do ensino nos níveis fundamental e médio, principalmente, na região nordeste brasileira.

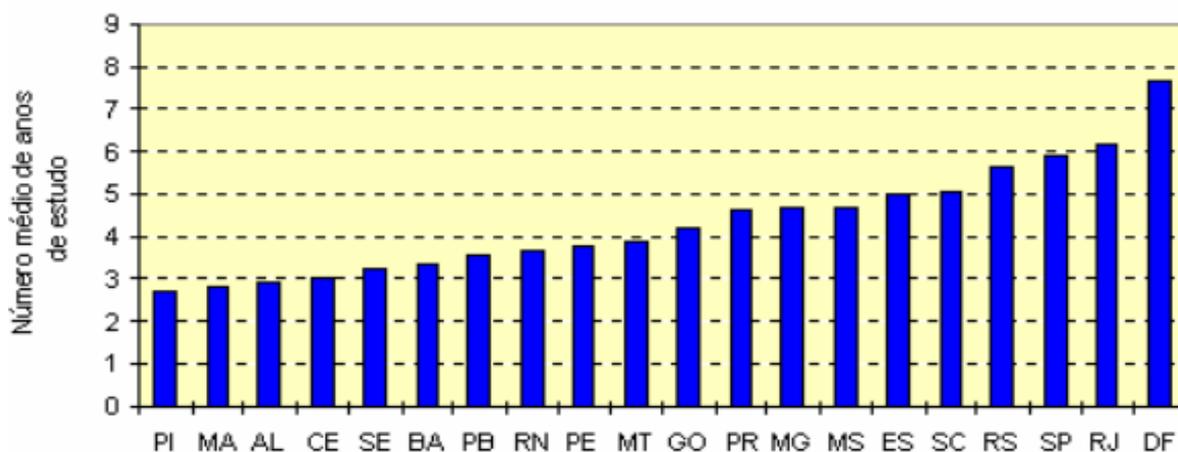
As iniciativas de programas federais em favor de políticas educacionais como a criação dos CAIC's, fizeram com que nesse período houvesse uma melhora no que diz respeito a quantidade de alunos matriculados, uma vez que, a previsão de atendimento de cada unidade embora variasse em um contexto geral, pretendia-se a médio longo prazo estender o acesso à educação básica em todo território.

Com o Pronaica o Ministério da Educação e do Desporto propõe-se a atender, até o ano 2003, a 1,2 milhão de crianças e adolescentes, das áreas urbanas

periféricas, em programas de atenção integral, em trabalho conjunto com as secretarias estaduais e municipais de Educação. Esse compromisso está contido no Plano Decenal de Educação para Todos. (Sobrinho, Parente, 1995, p. 8).

Dados divulgados pelo PNUD/IPEA de 1996 (figura 1), demonstram que dentre todas regiões da federação nos anos de 1990, a região nordeste possui os piores índices de níveis de escolaridade do país, sendo que o estado do Piauí fica em último lugar tendo como número médio de anos de escolaridade apenas três em contraponto estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, possuíam os maiores índices com uma média acima de cinco anos de escolaridade.

Figura 1 - Gráfico de nível médio de escolarização por UF no Brasil 1990



Fonte: Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil, 1996. Brasília.  
PNUD/IPEA

Ao longo dos anos de 1990, o nordeste brasileiro sofreu com diversos problemas estruturais na área educacional como a falta de escolas, as péssimas condições de trabalho dos professores e os baixos salários dos profissionais da educação.

Durante toda a década de noventa a união e os estados da federação tiveram a educação com um grande desafio a ser vencido. Dados do período divulgados pelo IBGE em 1998, demonstravam que na região nordeste das pessoas que tinham idade superior a sete anos e viviam na área urbana, cerca de 27,8% da população era

analfabeta, já na zona rural esse índice ultrapassava os 50% tornando a região nordeste a pior do país no quesito alfabetismo.

Os investimentos federais por meio do PRONAICA, foram uma ferramenta importante para ajudar no combate da evasão escolar e os altos índices de analfabetismo piauiense, sendo a criação dos CAIC's, de grande ajuda na ampliação do acesso à educação, especialmente, nas camadas mais carentes da população. O Piauí, possuía nos anos noventa um dos mais altos índices de alfabetismo da região nordeste chegando a 29,7% bem superior à média nacional que era cerca de 20% (IBGE, 1991).

A implantação do PRONAICA nacionalmente reverberou pela região nordestina e representou para o estado piauiense uma oportunidade de melhoria na infraestrutura escolar e a possibilidade de ampliação de vagas na rede pública de ensino. Nesse sentido, dados divulgados pelo MEC/SEPESPE/CAT, apontavam que no Piauí em maio de 1994 havia a seguinte situação com relação a construção dos CAIC's: eram 7 em construção com avanço entre 1% e 99% e 2 concluídos, porém ainda não inaugurados (Sobrinho, Parente, 1995).

A cidade de Parnaíba, no estado do Piauí, por ter a segunda maior densidade demográfica do estado conforme dados do censo de 1991, e possuir um percentual de mais de 40% de analfabetismo nos anos noventa, conforme dados obtidos do atlas do desenvolvimento humano em 2013 (IBGE/PNUD, 2013), recebeu uma unidade da escola CAIC, sendo: “[...] inaugurada no dia 16 de agosto de 1994, sua implantação se deu na gestão administrativa do Prefeito José Hamilton Furtado Castelo Branco” (Chanove, 2021, p. 58).

Nos primeiros anos da década de 1990 à frente da secretaria de educação do município de Parnaíba esteve o economista Francisco de Canindé Correia, que por conta do investimento federal, e da visível baixa qualidade do ensino municipal, que dentre muitos problemas, trazia a precariedade dos prédios escolares, lançou mão dos recursos que permitiu, além da recuperação e ampliação das escolas municipais, realizar a construção e inauguração de novas instalações como foi o caso da Escola Profª Albertina Furtado Castelo Branco – CAIC.

Acompanhando a agenda de realizações que consolidariam o compromisso com o ensino de qualidade de uma gestão focada, especialmente, na educação, a Escola Albertina Furtado Castelo Branco (CAIC), no Bairro Piauí,

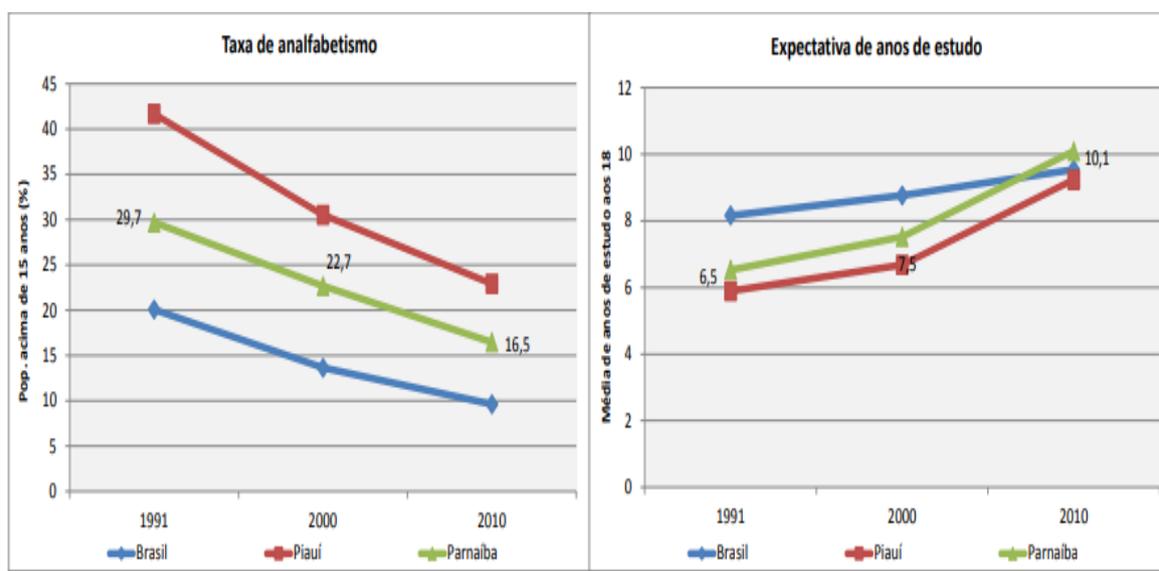
com 27 salas, a realçar no cenário urbano da cidade, seria O grande avanço em infraestrutura educacional. (Costa, 2020, p. 8).

No entendimento de Costa (2020) os investimentos que foram utilizados pela secretaria de educação, por meio de Francisco Canindé, representaram um importante passo na educação da cidade de Parnaíba, uma vez que o município foi reconhecido por investir 34% do orçamento em educação, valor superior ao investimento nacional que era de 25%. Além disso, ao receber uma unidade da escola CAIC a partir de 1994, fez com que o município pudesse ofertar um número maior de vagas para alunos oriundos de locais mais pobres da cidade, bairros como Catandubas, João XXIII e o recém-formado bairro Piauí são exemplos desses bairros periféricos e marginalizados de Parnaíba e que foram beneficiados pela implantação da escola nessa região da cidade. É preciso considerar que dados levantados pelo censo de 1991, sobre a cidade de Parnaíba demonstravam que a população em sua grande maioria, residia na área urbana, e que abrigava cerca de 105.121 habitantes enquanto na zona Rural a população era de aproximadamente 22.861 habitantes. (Censo, 1991).

A população parnaibana enfrentava grandes dificuldades no que se refere à assistência social como saneamento básico, saúde e educação. Os indicadores sociais do município demonstravam que de 1991 até o final da década a cidade sofria no contexto social como um todo, o que não deixava de afetar a educação do município. Dessa forma, podemos dizer que a criação de programas como o PRONAICA, que viabilizaram melhorias na instalação de unidades escolares já existente, bem como fomentaram a criação, construção e eventual funcionamento de instituições de ensino, como a Escola Prof.<sup>a</sup> Albertina Furtado Castelo Branco em Parnaíba no Piauí, ajudaram não só na melhoria da educação como também a transformar o contexto social buscando a equidade social brasileira.

Embora a expectativa de anos de estudo no município - como nos demonstra a Fig. 02 - fosse superior à do estado durante toda a década de 90, ainda era muito inferior à da média nacional e a alta taxa de analfabetismo faziam com que fosse necessário tomar medidas para melhorar os índices educacionais municipais.

Figura 2 - Taxa de Analfabetismo e Expectativas de ano de estudos



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração: PNUD, Atlas do desenvolvimento humano 2013

A cidade de Parnaíba por muitas décadas possuiu o status de município voltado para agricultura e o extrativismo e a partir dos anos de 1980 passou a trabalhar também para o desenvolvimento turístico da região bem como percebeu um aumento no comércio varejista. Entretanto, vale salientar que, a falta de infraestrutura, serviços e uma educação que alcançasse um maior número de pessoas, dificultavam o desenvolvimento deste setor, assim como os demais que careciam de uma mão de obra especializada. Foi nesse sentido que os investimentos em educação propostos pelo Banco Mundial refletiram a compreensão de que a baixa qualidade educacional representava um obstáculo para a implementação eficiente do sistema neoliberal. Uma vez que a força de trabalho qualificada e educada era de vital importância para o sucesso das políticas de livre mercado, foi pensando que a capacidade de inovação, adaptação e produtividade econômica estava diretamente ligada ao nível educacional, que o Banco Mundial concentrou seus esforços em elevar os padrões educacionais em países emergentes como o Brasil.

### **3 EDUCAÇÃO NO BRASIL DOS ANOS DE 1990 E OS PROJETOS PENSADOS PARA MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO.**

Ao fim do período de ditadura no Estado brasileiro, muitos eram os planos para que o país pudesse enfim alcançar o seu pleno desenvolvimento, dessa forma a visão era que as áreas da economia, bem-estar social e educação deveriam impulsionar esse crescimento, e embora esses planos passassem pela melhoria na qualidade da educação ao analisarmos esse período percebemos que pouco de efetivo foi feito, logo nos primeiros anos da redemocratização projetos como PRONAICA e a construção de Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente mesmo significando algum avanço não tiveram a continuidade esperada, para que de fato pudessem modificar a realidade educacional brasileira.

Com o impeachment de Fernando Collor esse cenário se agravou, havendo uma diminuição e reestruturação de vários dos projetos voltados para educação no início da década de 1990. A ideia de desenvolvimento do país passava pelas novas políticas empregadas no mercado mundial o chamado neoliberalismo, algo que os primeiros presidentes do Brasil pós ditadura militar seguiram em sua maior parte.

Tanto Fernando Collor quanto seus dois sucessores, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, demonstraram pouco ou quase nenhum interesse com a educação da população, além daquele que lhes oferecesse uma oportunidade de aumento da mão de obra brasileira. O intuito era preparar os cidadãos analfabetos em sua maioria para o mercado de trabalho através de cursos técnicos ou cursos de especializações.

Em 1994 inicia-se o primeiro ano de mandato do presidente FHC (Fernando Henrique Cardoso), e este assim como seus dois antecessores também se preocupou mais com equilíbrio fiscal do que com a garantia de equidade social e educacional, seguindo a lógica do mercado internacional FCH, passou a trabalhar sob a ótica do livre mercado desregulamentando e descentralizando o Estado, o que afetou diretamente a sociedade.

Em seu conjunto, o projeto educativo do Governo Cardoso encontra compreensão e coerência lógica quando articulado com o projeto de ajuste da sociedade brasileira às demandas do grande capital. As demandas da sociedade organizada são substituídas por medidas produzidas por especialistas, tecnocratas e técnicos que definem as políticas de cima para

baixo e de acordo com os princípios do ajuste. (Frigotto, Giavatta, 2003, p.106 - 107).

A educação brasileira nesse período enfrentava desafios enormes como a falta de qualificação e valorização dos profissionais, a degradante situação dos prédios de ensino além da falta de recursos oriundos do estado. Embora a educação e qualificação fosse uma das metas exigidas pelos órgãos internacionais reguladores do mercado para aquisição de investimento, também havia a necessidade de seguir a lógica do sistema neoliberal de descentralização e diminuição do investimento social que implicava em baixar ainda mais os investimentos em áreas como a educação.

O modelo fiscal e econômico adotado por FHC, tinha como prioridade o controle financeiro e fiscal do país, que por sua vez implicará em cortes de projetos como os dos CAIC's. O governo federal da época embora soubesse da importância de projetos como os Centros de Atenção à Criança e ao Adolescente adotou uma política de descentralização da responsabilidade educacional dando a estados e municípios maior autonomia o que em parte torna-se favorável, entretanto, ao realizar este processo de descentralização o governo federal cria outra disparidade uma vez que algumas regiões enfrentam maiores desafios que outras como é o caso das regiões norte e nordeste. Assim afirma Guimarães que:

Estando a educação em crise pela falta de políticas públicas que satisfizesse as exigências da sociedade, uma das estratégias do governo então foi introduzir em alguns estados a educação à distância pela compra de pacotes do "Telecurso 2000" da Rede Globo de Televisão, essa estratégia barateava os custos da educação básica. (Guimarães, 2015, p. 108).

Segundo o mesmo autor, o Brasil devia mostrar aos órgãos monetários que possuía um planejamento para a educação nacional eficiente e que de fato estava surtindo o efeito esperado, e para isso criou mecanismos para avaliar o desempenho da educação brasileira na década de 1990:

O que se elencou no Brasil durante o espaço de poder de FHC foi um processo de programas e ações a fim de frear a crise da educação, os agentes internacionais pressionavam resultados e o país respondia com a

implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, Exame Nacional de Avaliação de Cursos (Provão), a Avaliação dos Cursos Superiores, todos esses sistemas que serviram e ainda são utilizados para avaliar a qualidade da educação nas diversas modalidades. O que se contesta a priori é a formulação de tais avaliações, pois construídas a partir de generalizações, pode não refletir realidades concretas. (Guimarães, 2015, p. 108).

Durante a década de noventa muitas foram as tentativas do governo para melhorar a qualidade do ensino em todas as áreas da educação. O PDE (Plano Decenal de Educação para Todos)<sup>2</sup> de 1993 a 2003, implantado em um contexto de mudanças sociais, políticas e econômicas foi uma dessas iniciativas de grande relevância demonstrando um esforço em conjunto para superar os desafios e promover um cenário de mudança na qualidade de ensino do país.

Este plano tinha como diretrizes e objetivos melhorar a qualidade da educação buscando por práticas pedagógicas mais eficazes, a equidade e procurando reduzir as desigualdades de um país de dimensões continentais garantindo que todos os cidadãos tivessem acesso à educação independente de sua origem ou condição social. Além disso, a valorização do profissional, ampliação do acesso à escola e a participação da sociedade civil eram compreendidas no plano.

Todos estes pontos mencionados estavam contemplados no projeto dos CAIC's, pois nesses centros se pensamos em qualidade e equidade educacional os CAIC's foram criados para oferecer não somente aulas regulares, mas também dar a seus alunos conteúdos culturais além de desenvolver várias práticas esportivas e assistência social. Além disso, o fato das escolas serem construídas nas áreas mais carentes reforçam o objetivo do plano decenal da educação de propiciar oportunidade de uma qualidade de ensino às crianças e adolescentes de regiões menos favorecidas.

No entanto, é necessário salientar que, mesmo com os esforços do PDE aliado a implantação das escolas CAIC's, grandes eram os obstáculos a serem vencidos para se alcançasse os objetivos desejados integralmente, isso ficou claro nos

---

<sup>2</sup> O PDE (Plano Decenal de Educação para Todos) implantado pelo governo Federal em 1993, “cujo objetivo mais amplo é assegurar, até o ano 2003, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam a necessidades elementares da vida contemporânea”. (MEC, 1993, p. 12).

inúmeros desafios que persistiram durante todo o período em que vigorou o Plano Decenal de Educação (1993 -2003).

Dentre muitos destes desafios a serem superados, o próprio plano já trazia em seu texto como obstáculos que deveriam ser enfrentados:

Baixa produtividade do sistema, evidenciada pelas perdas observadas, por repetência e evasão, em sucessivas gerações escolares. Embora condições socioeconômicas adversas predisponham ao insucesso escolar, ele é devido, em grande parte, à incapacidade da escola em atender à heterogeneidade dos alunos. Desenvolve-se uma "cultura da repetência" que leva à perda da auto-estima e ao abandono precoce da vida escolar; ...nível insatisfatório de qualidade do ensino, expresso em modestos índices de desempenho escolar, decorrente de insuficientes condições infraestruturais e pedagógicas para a realização do processo de ensino; ...inexistência de política e de comprometimento mais amplo com as questões do magistério. Embora o nível de titulação dos professores tenha aumentado nos últimos anos, persistem problemas de desempenho. Há necessidade de aperfeiçoar o sistema de formação e capacitação, de se estabelecer justa remuneração, bem como de melhorar as condições de trabalho e de profissionalização dos docentes. (MEC,1993, p. 31 - 32).

O governo federal tentou de várias formas garantir a execução dos objetivos exigidos pela sua política de controle de gastos, nesse sentido a própria criação da Lei de Diretrizes Básicas para Educação. A Lei nº 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, conhecida como LDB estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, representando um marco regulatório fundamental, definindo a organização dos níveis e as modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior ( Brasil, 1996), além disso a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), Criado pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996, regulamentado pela Lei nº 9.424 de 1996, foi um importante avanço para ajudar na redistribuição dos recursos educacionais de forma mais equitativa entre estados e municípios, na tentativa de garantir a valorização dos professores e a manutenção do ensino fundamental ( Brasil, 1996). Outras duas políticas importantes do período foram o PNE (Plano Nacional de Educação), que foi instituído pela Lei nº 10.172 de 2001, mas com raízes e formulações que começaram a ser desenvolvidas na década de 1990 e que estabeleceu metas e diretrizes para a educação brasileira, focando na universalização do ensino fundamental a fim de promover melhorias na qualidade da educação e

formação e valorização dos profissionais da educação (Brasil, 2001) e o PNLD (Projeto Nacional do Livro de Didático)<sup>3</sup>, que embora fosse dos anos 80 teve uma ampliação significativa em meados da década de noventa, serviu para o aparelhamento das escolas a fim de dar aos alunos e professores melhores condições de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, esses projetos e planos discutido durante os anos de 1990, tiveram grande importância na construção da história da escola Professora Albertina Furtado Castelo Branco – CAIC na cidade de Parnaíba, pois inaugurada em meados dos anos noventa a escola foi espectadora e agente ativa da implantação de vários desses projetos.

No âmbito federal a ideia era de um aumento quantitativo e qualitativo do ensino, principalmente, nas primeiras séries fazendo a utilização de recursos mínimos. Algo inversamente proporcional, pois é sabido que quanto maiores os investimentos na educação maior é a probabilidade de se obter resultados significativos.

Regionalmente o governo brasileiro criou o chamado NEBE (Northeastern Basic Education) II (1993) e NEBE III (1994), que traduzido para o português ficou conhecido como Projeto de Educação Básica no Nordeste. No “NEBE III - assinado em fevereiro de 1994, fazem parte os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia. Valor do empréstimo: 207 milhões de dólares, fora a contrapartida nacional”. (BRASIL, Ministério da Educação, 1993). Os principais objetivos desse projeto na região nordeste eram:

Melhoria da Qualidade da Educação Fundamental, com foco no ensino de 1ª a 4ª séries das redes públicas estaduais e municipais dos nove estados do Nordeste; Promoção de Novos Padrões de Rendimento Escolar, Implantação de novos mecanismos de gestão (profissionalização dos órgãos estaduais e municipais de educação; gestão da escola). (BRASIL, Ministério da Educação 1993, p. 1).

---

<sup>3</sup> PNLD (Programa Nacional do Livro Didático): Estabelecido formalmente em 1985, mas significativamente expandido e consolidado na década de 1990, o PNLD visa fornecer livros didáticos gratuitos para alunos do ensino fundamental das escolas públicas. Este programa foi essencial para democratizar o acesso aos materiais educativos e apoiar a uniformização da qualidade do ensino em todo o país. (Guimarães, 2015).

A viabilização desse projeto regional se dava através de acordos financeiros, empréstimos adquiridos junto ao Banco Mundial que como aponta o documento resumo do projeto tinham a expectativa de em cinco anos investir aproximadamente 750 milhões de dólares na educação básica na região nordeste.

Estes investimentos destinados à educação ajudaram a concretização do projeto dos CAIC's, mas também é necessário destacar que houve entre os anos de 1993 e 1997 momentos de oscilação nos recursos utilizados. Mesmo observando que de fato o projeto de educação básica para o nordeste conseguiu aumentar os recursos no primeiro biênio do período que vai de 1993 a 1994, a partir de 1995 podemos perceber uma baixa em alguns dos componentes compreendidos pelo projeto. Nesse sentido, analisando as tabelas abaixo conforme Fig. 3 retiradas do resumo do projeto de educação básica para nordeste percebemos um panorama dos investimentos durante o período de 5 anos de projeto no Nordeste.

Verificar-se ainda que após o primeiro biênio todos os componentes tiveram seus investimentos reduzidos, os únicos que tiveram um desempenho melhor ao final de 1998, foram materiais educacional e melhoria da rede física das escolas não por acaso dois dos componentes que tinham a maioria de investimento oriundo do empréstimo adquirido junto ao Banco Mundial, porém é válido ressaltar que estes dois ficaram em 1998 com valor investido bem abaixo do ano inicial. Além disso, é possível notar na tabela de distribuição de gastos por fontes, havia um baixo valor de recursos investidos em componentes como a inovação pedagógica, gestão escolar e o componente nacional que juntos não chegam a alcançar 10% do total dos recursos em 1998.

Essa redução geral nos investimentos pode ser atribuída a diversas razões, entre elas, a instabilidade econômica que marcou o período e a dificuldade de manutenção de um fluxo contínuo de recursos. A dependência de empréstimos externos adquiridos junto ao Banco Mundial indica uma vulnerabilidade estrutural, já que a sustentabilidade e manutenção de vários dos programas e projetos voltados a educação que estava condicionada à disponibilidade e condições desses financiamentos. Assim, a oscilação nos aportes financeiros comprometeu a continuidade e eficácia dos projetos educacionais.

Dessa forma a política de austeridade, do governo federal na década de 1990, embora necessária para estabilizar a economia, resultou em uma considerável

redução dos investimentos públicos em setores cruciais dentre eles a educação, que sofreu com a falta de recursos nacionais.

Figura 3 - Tabela de resumo de gastos do Projeto NEBE (Projeto de Educação Básica no Nordeste)

MINISTERIO DA EDUCACAO E DO DESPORTO  
SECRETARIA DE EDUCACAO FUNDAMENTAL  
PROJETO DE EDUCACAO BASICA PARA O NORDESTE  
TABELA 1  
DISTRIBUICAO ANUAL DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS  
CUSTOS TOTAIS, TODAS AS FONTES

US\$ 1,000.

GERAL	ANO						TOTAL
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	
MELHORIA DA GESTAO EDUCACIONAL	3.734	9.403	10.360	8.719	6.562	1.540	40.318
MATERIAL EDUCACIONAL	38.774	52.166	39.744	45.682	38.354	20.080	234.800
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.016	13.576	11.000	16.300	11.455	3.780	58.127
MELHORIA DE REDE FISICA	27.540	65.768	95.333	86.868	80.763	26.440	382.712
INDVACOES PEDAGOGICAS	800	1.800	1.800	1.800	1.800	1.000	9.000
NACIONAL	1.610	2.420	2.840	2.350	2.420	0	11.640
<b>TOTAL</b>	<b>74.474</b>	<b>145.133</b>	<b>161.077</b>	<b>161.719</b>	<b>141.354</b>	<b>52.840</b>	<b>736.597</b>

DISTRIBUICAO DOS GASTOS POR FONTE  
TABELA 2  
US\$ 1,000.

COMPONENTE	FEDERAL			ESTADO	TOTAL
	FNDE	EMPRESTIMO	SUBTOTAL		
MELHORIA DA GESTAO EDUCACIONAL	0	30.312	30.312	10.006	40.318
MATERIAL EDUCACIONAL	0	181.798	181.798	53.002	234.800
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	29.014	0	29.014	29.113	58.127
MELHORIA DE REDE FISICA	110.373	196.350	306.723	75.989	382.712
INDVACOES PEDAGOGICAS	9.000	0	9.000	0	9.000
NACIONAL	1.500	10.140	11.640	0	11.640
<b>TOTAL</b>	<b>149.887</b>	<b>418.600</b>	<b>568.487</b>	<b>168.110</b>	<b>736.597</b>

FONTE: APPRAISAL/ACORDOS SUBSIDIARIOS  
123R23\123\NEBE11.WK1

Olhando para os números podemos perceber que o valor investido na melhoria da rede física possibilitou a reforma de várias escolas e construção de diversas outras como ocorreu no caso da cidade de Parnaíba com a construção da escola CAIC, o dinheiro investido em material educacional, possibilitou ainda a obtenção de equipamentos para laboratórios, televisores, vídeos cassetes, materiais esportivos, e aparelhagem e montagem de bibliotecas com acervos considerável, possuindo desde exemplares de clássicos da literatura à livros de cunho científico e o próprio recebimento do livro didático.

Estas são sem dúvida evidências de que os recursos chegaram e que embora de maneira insuficiente ajudaram a construir não somente a parte física dos prédios escolares como o dos CAIC's, mas também deram o mínimo de estruturação, para que estas instalações atendessem o padrão proposto para o projeto dos CAIC's de serem uma instituição que além de promover inclusão social dos cidadãos em maior vulnerabilidade também oferecesse aos seus alunos uma educação integral. A criação dos CAIC's, na década de noventa, teve como base exemplos já empregados na Bahia as chamadas "*Escolas Parque*" dos anos 1950 e dos CIEP'S no Rio de Janeiro nos anos de 1980, sendo que estes projetos desenvolvidos regionalmente tiveram algum sucesso no que diz respeito à melhoria educacional e o ensino integral. Nesse sentido Ferretti (1992) corrobora argumentando que:

O Projeto relembra os esforços já dispendidos no sentido de estender a educação à pré-escola, bem como na direção do estabelecimento da escola de tempo integral, reportando-se, neste último caso, às experiências da Escola Parque, nos anos 50, das Escolas Polivalentes (final da década de 60 e início dos anos 70), dos CIEPs, na década de 80. Faz referência também à extensão da obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos. (Ferretti, 1992, p. 2).

Estes projetos citados anteriormente, serviram de inspiração para os CAIC's, possuíam objetivos de educação semelhantes como propiciar para os seus alunos um desenvolvimento integral estimulando tanto um aprendizado cognitivo como também físico e social. Para esse desenvolvimento sem dúvida era necessário mais tempo nas escolas, algo que foi implantado pelos CIEP's como modelo de ensino de tempo integral.

Ao discutirmos como promover ensino que permita aos alunos uma integração com a sociedade é imprescindível relacionarmos a proposta de ensino integral ao projeto que criou as escolas CAIC's, que já traziam em seu nome a premissa de atenção integral. Embora este fosse um dos objetivos do projeto Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente o ensino integral na década de noventa era algo ainda muito pouco palpável no contexto da educação pública, devido a inúmeros desafios e resistências ao longo do tempo como financiamento, e a falta de formação de professores e pouco investimento na infraestrutura escolar em muitos dos CAIC's, dessa forma não foram possíveis a tão sonhada educação integral, que segundo seu ideal serviria para garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo:

O tempo que cada pessoa fica na escola serve para oportunizar aprendizagens, logo, permanecer mais tempo na escola significa participar de mais momentos de aprendizagem e com isso ampliar o processo de construção do ser humano junto da escola. (Gama, 2018, p. 142).

No caso particular da Escola Prof<sup>a</sup> Albertina Furtado Castelo Branco em Parnaíba, até o início desta pesquisa não houve a implantação dessa modalidade de ensino, podemos elencar aqui diversas razões que ratifiquem essa afirmação, sejam elas caráter político, administrativo e etc., porém tentaremos nos aprofundarmos no aspecto que diz respeito a falta de investimento e manutenção do aparato necessário para que houvesse de fato a possibilidade para que a escola de Parnaíba ofertasse o ensino de tempo integral.

O financiamento desta modalidade de ensino é por si só um grande desafio, uma vez que, necessitaria de um elevado investimento no campo de capacitação e qualificação de professores além da criação e manutenção de infraestrutura que suportasse a extensão da carga horária necessária a modalidade. Algo que como vimos ao longo deste capítulo tornou-se na década de noventa inacessível diante da política de austeridade fiscal imposto pelo governo da época, que afetava diretamente os gastos com a educação.

Com a descentralização ocorrida no setor educacional, a união, estados e municípios passaram a dividir a reponsabilidade do ensino dos cidadãos brasileiros, o próprio modelo proposto pelo PRONAICA, permitia regionalmente uma maior

autonomia a estados e municípios ajudando assim na tomada de decisões considerando as necessidades e especificidades locais.

Em contrapartida, a divisão de responsabilidade proporcionou desigualdade na distribuição de recursos e capacidade administrativas entre as várias regiões do país, o que impactou na implementação efetiva de políticas de educação de ensino integral. No CAIC de Parnaíba não foi diferente, como a parte da gestão e administração da escola ficou a cargo do município a implementação da modalidade de ensino integral nunca foi possível devido à escassez tanto de investimento quanto de material humano.

Em entrevista dada a ex-professora da escola e pesquisadora Keila Carvalho Chanove em 2021, a professora Luísa Soares Santos, primeira gestora da escola aponta, que embora a escola fosse projetada para promover a modalidade de ensino integral, muitos eram os desafios em uma época de intensas modificações e discussões sobre a educação.

A antiga gestora descreve em seu relato que a falta de funcionamento integral do CAIC de Parnaíba, foi devido as várias limitações estruturais e de recursos. Ela menciona que o centro não tinha capacidade para funcionar de forma integral devido à alta demanda e à falta de espaço físico adequado. Além disso, Dona Luísa aponta que as propostas originais dos CAIC's, que incluíam um ensino integral ou voltado para o trabalho, não foram implementadas muito por conta do pouco apoio por parte das autoridades responsáveis, como a Prefeitura.

KCC – [...] O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente chegou a funcionar de forma integral em algum momento? Dona Luísa – Não. Não, não tinha condição porque devido a procura a gente não podia permanecer com o aluno o dia todo [...] por causa das turmas que eram pequenas, ou as salas eram poucas, então não tinha condição, eram dois turnos. KCC – [...] as propostas dos CAIC's eram esse ensino integral, ou o ensino para o trabalho, [...]essa proposta chegou a ser implementada? Dona Luísa – Não, esse projeto não foi estudado para implantar, ele foi jogado, então eles não deram condição. A proposta era para ter padaria, por sinal tinha até tinha o maquinário [...] para funcionar padaria, marcenaria, mas não foi possível porque [...] a Prefeitura não dava condição no momento de funcionar. (Soares, 2021).

Contudo, observa-se na análise deste capítulo que diversos foram os projetos desenvolvidos para a educação dos anos de 1990, muitos deles implantados com

alguma eficácia, no entanto, a política econômica adotada durante década de noventa pelo estado brasileiro fez com que muitos outros não tivessem êxito, não sendo implementados ou ainda como no caso do PRONAICA descontinuado, fazendo com que muitos dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente os CAIC não obtivessem os recursos necessários ao seu funcionamento integral.

#### **4 PROJETO DE CONSTRUÇÃO, ARQUITETURA E ESPAÇOS PENSADOS PARA A ATENÇÃO INTEGRAL DOS CAIC'S.**

No contexto educacional brasileiro, o PRONAICA, visava a melhoria na qualidade de ensino, tendo como características à atenção integral à criança e ao adolescente possuindo como uma diretriz principal a recuperação de prédios escolares já existentes para a reestruturação da educação nacional, dessa forma:

Ainda segundo orientação do programa, a construção dos centros integrados de atenção à criança é concebida como a última alternativa para o atendimento integral, "devendo ser adotada somente quando indispensável. (Sobrinho, Parente, 1995, p. 9).

O financiamento do projeto dos CAIC's, estava a cargo do governo federal que deveria gerir os recursos necessários para a construção dos espaços físicos e equipamentos necessários para o funcionamento e manutenção dos CAIC's. Ou seja, a construção de prédios escolares onde poderia ser concentrado todos os subprogramas que deveriam ser atendidos no PRONAICA, como alimentação, educação escolar, cultura, esportes, promoção saúde da criança e do adolescente, além da educação infantil (creches e pré-escolas). Tal projeto foi para o governo do estado brasileiro um grande desafio, segundo Ferretti (1992), a construção desses prédios traria uma grande oneração para diversos ministérios em um momento em que o Brasil passava por um conturbado caos político e financeiro herdado das décadas anteriores.

Foi nesse contexto que ainda em 1991, foi inaugurado em Brasília, o primeiro CIAC, localizado na vila Paranoá: "[...] A cerimônia teve a presença de 14 governadores, entre eles Leonel Brizola, inspirador do projeto a partir dos Ciep's construídos no Rio de Janeiro". (JORNAL DO BRASIL, 1991). Além disso, o governo também assinou na mesma data documentos que ampliavam o projeto.

O governo aproveitou a solenidade de ontem para assinar três convênios com empresas que construirão 550 novos Ciacs, no valor de Cr\$ 274,5 bilhões. Em São Paulo, serão construídos 250 Ciacs; em São Luís (Maranhão), 200 unidades; e em Arapiraca (Alagoas), 100. Com esses novos convênios, o

governo passa a ter 1.500 unidades contratadas, para serem construídas num prazo de 40 meses. Para o ano que vem, a previsão é de construir 942 CIACs. (Jornal do Brasil, 1991, p. 3).

Conforme consta nas páginas do jornal do Brasil de 19 de outubro de 1991, embora nenhuma liderança do Congresso Nacional tenha prestigiado a solenidade de inauguração do primeiro CIAC Madre Paulina, participaram do evento 14 governadores e alguns ministros além do Senador Darcy Ribeiro idealizador dos CIEP's. Fonte inspiradora para a criação dos futuros CIAC's e seus sucessores os CAIC's.

Em destaque na figura 04, estão o ex-presidente Fernando Collor e sua esposa Roseana Collor no ano de 1991, após o descerramento da placa inaugural do primeiro CIAC, tendo ao seu lado um quadro com a imagem da virgem de Czestokowa, presente recebido do papa João Paulo II. Na oportunidade o presidente ainda agradeceu a primeira dama, Rosane Collor, pela ajuda e idealização de ter um único prédio que abrigasse todos os subprogramas do PRONAICA.

Figura 4 - Presidente Fernando Collor e sua esposa Rosane Collor em solenidade de inauguração do 1º CIAC em Brasília 1991



*Collor agradeceu a Rosane idéia de concentrar todo o apoio à criança num só prédio*

Fonte: Jornal do Brasil edição de 19 de outubro de 1991.

Na ocasião, o presidente Fernando Collor não deixou e comenta sobre as críticas recebidas quanto as suas propostas para educação do estado brasileiro:

Para os que reclamam, indevidamente, por propostas pedagógicas pontuais, oferecemos a pedagogia da atenção integral que sugere um novo modelo educacional que poderá tornar-se referência para toda a rede convencional de serviços de proteção dos direitos da criança", explicou o presidente. (Jornal do Brasil, 1991, p.3)

Com o precoce fim do governo de Fernando Collor, devido a denúncias de corrupção no seu governo, que geraram um pedido de *impeachment* e posteriormente a sua renúncia, os CIAC's foram rebatizados para CAIC's e mesmo considerado como um projeto de alto custo, iniciaram-se as construções das instalações dos CAIC's por todo o país, em 1995, dados divulgados sobre os CAIC'S pelo IPEA apontavam a seguinte situação da construção dos prédios em todo país:

359 CAIC's em diferentes estágios de implantação. Destes, 148 encontram-se em obras (41%); 81 já foram concluídos (22,5%); 81, inaugurados (22,5%); 47 estão com construção já autorizada (13%) e dois com construção suspensa (0,5). (Sobrinho, Parente, 1995, p. 13).

Construir e equipar um CAIC na década de 1990, demandava um esforço substancial no que diz respeito à parte de infraestrutura, materiais e serviços complementares. "O custo para equipar um CAIC tem se situado na faixa de US\$ 200 mil, o que significa que o custo total de uma unidade de serviço, construída e devidamente equipada, corresponde, em média, a cerca de dois milhões e duzentos mil dólares." (SOBRINHO, PARENTE, 1995, p. 15).

Nesse contexto, é importante salientar que os CAIC's possuíam como premissa ser construídos em locais específicos de grande concentração populacional onde houvesse um grande número de pessoas vivendo em vulnerabilidade social para que efetivamente ajudasse um contingente populacional que vivia à margem da maioria dos projetos governamentais, até então. Foi seguindo essa lógica, que em 1994, nas comemorações ao aniversário da cidade de Parnaíba, foi inaugurado o prédio do CAIC

no município de Parnaíba, pelo então prefeito José Hamilton Castelo Branco, que batizou a instituição com o nome de sua mãe, Albertina Furtado Castelo Branco.

No município de Parnaíba, devido ao aumento populacional da cidade, houve uma expansão para o sentido leste da cidade, bairros criados a partir dos anos de 1960 e 1970, como Catanduvras e João XXIII, eram exemplos de como o município se expandia em direção ao litoral da cidade de Luís Correia. Dessa forma, a criação do bairro Piauí, foi muito ligado ao crescente comércio da zona leste do município.

No final da década de 1970, o lugar foi sendo povoado em meio a invasões das áreas situadas do lado leste da Avenida Melvis Jhones, atual Pinheiro Machado, área que abrigava os hansenianos de Parnaíba, por isso motivo de grande preconceito. (Chanove, 2021, p. 23).

Ao longo dos anos de 1980, conforme aponta Chanove (2021), o bairro Piauí começou a receber a infraestrutura de rede elétrica e os serviços de encanação. Porém, ainda possuía um aspecto de bairro pobre da cidade no final dos anos 80, as pessoas mais humildes em busca de um local para se estabelecer e apoiados pelo então gestor municipal Francisco de Assis de Moraes Sousa, conhecido popularmente como “Mão Santa<sup>4</sup>”, passaram a povoar área que tinha o estigma de abrigar uma população sem esclarecimento.

[...] moradores nos informam que somente na década de 1990 a infraestrutura do Bairro Piauí sofreu modificações significativas, tais como o asfaltamento da 24 Av. Caramuru, atual Av. Dr. João Tavares Silva Filho, e a construção dos conjuntos Betânia I e II com 400 residências financiadas pela Caixa Econômica Federal. (Chanove, 2021, p. 23).

Sendo um bairro recém-formado por meio de invasões em sua maior parte, possuía um número alto de habitações precárias de pau a pique, popularmente, chamadas de “Taipa”, conforme reportagem do jornal inovação de 1988, a figura 05

---

<sup>4</sup> Francisco de Assis Moraes Sousa o “Mão Santa”, “utilizando da parceria estabelecida com o governo do estado, incentivou de maneira mais acentuada as invasões. Na ânsia de conseguir convencer as pessoas de que obteriam as documentações dos terrenos ocupados, fazia promessas nesse sentido, para quando fosse eleito e buscava com os discursos de campanha o apoio dessas pessoas e, por conseguinte, seus votos”. (Cornélio, 2013, p. 27).

ilustra o modelo das residências que predominavam na região periférica da cidade de Parnaíba escolhida para abrigar as instalações do CAIC.

Figura 5 - Casas de Taipas típicas habitações da periferia de Parnaíba dos anos de 1980 e 1990



Fonte: Jornal Inovação de julho de 1988.

O contexto social e econômico do bairro Piauí, a partir dos anos de 1990 de um constante crescimento populacional e a evidente necessidade de inclusão de políticas sociais foram aspectos relevantes que ajudaram a escolher o local para a instalação do CAIC na região.

Na administração do ex-prefeito José Hamilton Castelo Branco (1993-1996) e do secretário de educação Canindé Correia, o CAIC de Parnaíba, localizado na rua Projetada n. 53, no conjunto Betânia no B. Piauí, desempenhou um papel significativo no desenvolvimento da comunidade local, proporcionando acesso à educação e contribuindo para a melhoria das condições de vida na região.

A instalação desse centro educacional em 1994, representou para muitas famílias de baixa renda do bairro Piauí e regiões circunvizinhas uma forma de promover uma educação de melhor qualidade além de oferecer às famílias carentes da comunidade serviços sociais, como atendimento à saúde das crianças e seus familiares.

Em entrevista à (Chanove, 2021) o senhor Manoel Sousa Costa popularmente conhecido como “Baiano”, morador contemporâneo da construção da escola e funcionário da instituição relata que:

Nossa Senhora, esse CAIC aqui influenciou demais o crescimento do Bairro Piauí. Esse bairro aqui era um bairro esquecido, ninguém queria morar aqui, era uma casa aqui outra lá não sei onde, calçamento péssimo, as ruas de areia, que a areia dava na canela, ninguém queria morar aqui não. Ai depois que construíram o CAIC [...] o pessoal brigava para estudar aqui. (Baiano, 2021).

Houve, portanto, para muitos parnaibanos, uma mudança de perspectiva de um bairro pobre da cidade para um bairro que proporcionaria uma alternativa de instrução, em uma escola com infraestrutura física para as famílias mais carentes da região, que agora contavam com programas educacionais, esportivos e sociais. O CAIC do bairro Piauí também modificou a paisagem da região, considerando que o seu projeto arquitetônico representou um ar de modernidade em meio a uma zona pobre e periférica da cidade de Parnaíba.

#### **4.1 Projeto arquitetônico dos CAIC's e os espaços Inspiradores para o Aprendizado, a Cultura e o Atendimento social.**

Dado a importância e a inovação dos CAIC's na paisagem urbana, principalmente, de bairros que pouco recebiam atenção dos poderes públicos, é importante escrever sobre seu projeto arquitetônico. Nesse sentido, abordaremos as inovações e dificuldades no processo de construção a nível nacional do projeto dos CAIC's proposto pelo arquiteto João da Gama Filgueiras Lima<sup>5</sup>, O “Lelé”.

O Lelé trabalhou em diversos projetos durante a sua carreira e foi inovador por inserir em suas obras um sistema de construção usando pré-moldados, técnica pouco utilizada no Brasil até aquele momento, obras como o projeto dos hospitais Sarah

---

<sup>5</sup> João da Gama Filgueiras Lima nasceu em 1932, no Rio de Janeiro, e faleceu em 2014, aos 82 anos na cidade de Salvador, Bahia, nordeste brasileiro, atuou junto ao arquiteto Oscar Niemeyer. Na década de 1990, lançou-se ao projeto dos Centros Integrados de Ensino (CIACs), criado por Darcy Ribeiro e encampado pelo então presidente Fernando Collor. Recuperando os conceitos dos CIEPs do Rio de Janeiro, desenhados por Niemeyer, Lelé aprimorou as soluções desenvolvidas em Salvador e o programa executou dezenas de unidades em todo o Brasil. (Goulart, 2014, p. 27-32).

Kubitschek são um exemplo da característica marcante da utilização de argamassa armada de Lelé.

Como arquiteto também foi o responsável pela criação em grande escala das instalações dos CIEP's no Rio de Janeiro na década de 1980, em colaboração com Darcy Ribeiro e Leonel Brizola. Sendo que este projeto servirá de experiência para a fabricação de peças pré-moldadas para construção dos CAIC's.

A construção dos centros de atenção integral à criança e ao adolescente demandava, segundo o governo um alto custo, embora no planejamento de projetos das escolas CAIC's, houvesse trabalho de maneira descentralizada onde estados e municípios também tinham sua participação, a oneração na esfera federal era significativa, principalmente, nos ministérios envolvidos no projeto.

A proposta de Lelé, era de trabalhar de maneira a fabricar as peças necessárias à construção das instalações nos locais onde seriam instaladas as escolas, para assim diminuir os custos. Nesse sentido, ainda em 1984 a solução encontrada pelo arquiteto foi a montagem de uma fábrica onde poderiam ser montadas as peças em ferro armado para construção dos prédios dos seus projetos, como foi o caso das seguintes obras: dos CIEP's, FAEC e os CAIC's. Goulart (2014) ainda observa que:

Segundo Lelé, o governo federal contratou o arquiteto e equipe para fazer o projeto do edifício e estabelecer todas as fábricas. A construtora que não tinha ligação direta com Lelé, tinha o dever de montar as fábricas e realizar a construção dos prédios, mas ela que estabelecia quanto ia cobrar pelos serviços. Como a tecnologia de pré-moldados é muito racional, a construtora começou a mudar o projeto para justificar preços mais altos. (Goulart, 2014, p. 67).

A saída do arquiteto e sua equipe do projeto se deu logo após a entrega de dois protótipos, devido à instabilidade do governo federal, as acusações contra o presidente Fernando Collor e as modificações do projeto arquitetônico realizados pelas construtoras fizeram com que o Lelé se afastasse da continuidade do projeto.

[...] devido a problemas de natureza política e pela própria instabilidade do governo, culminando em cortes orçamentários e o processo de Impeachment do então presidente da República, Fernando Collor, transcorrido no final de

1992, o programa atingiu apenas 7% da meta inicial. (Pereira, Afonso, 2020, p. 161).

A continuidade do projeto de instalação dos CAIC's se deu em meio a muitas alterações do projeto original proposto por Lelé, principalmente, no material utilizado pelas construtoras responsáveis pelas obras, que utilizavam de matérias inferiores ou similares para diminuir o custo da construção, algo que não era compartilhado com arquiteto que embora possuísse a visão de custo mínimo para as obras não era favorável ao descuido com projeto ou a falta de segurança e desconforto, principalmente, em um prédio escolar.

Defendia ainda quanto maior o número de componentes a serem utilizados no projeto, melhor seriam as soluções, conforme ele mesmo aponta em entrevista concedida em (2007) para Adriano Carneiro, em Salvador.

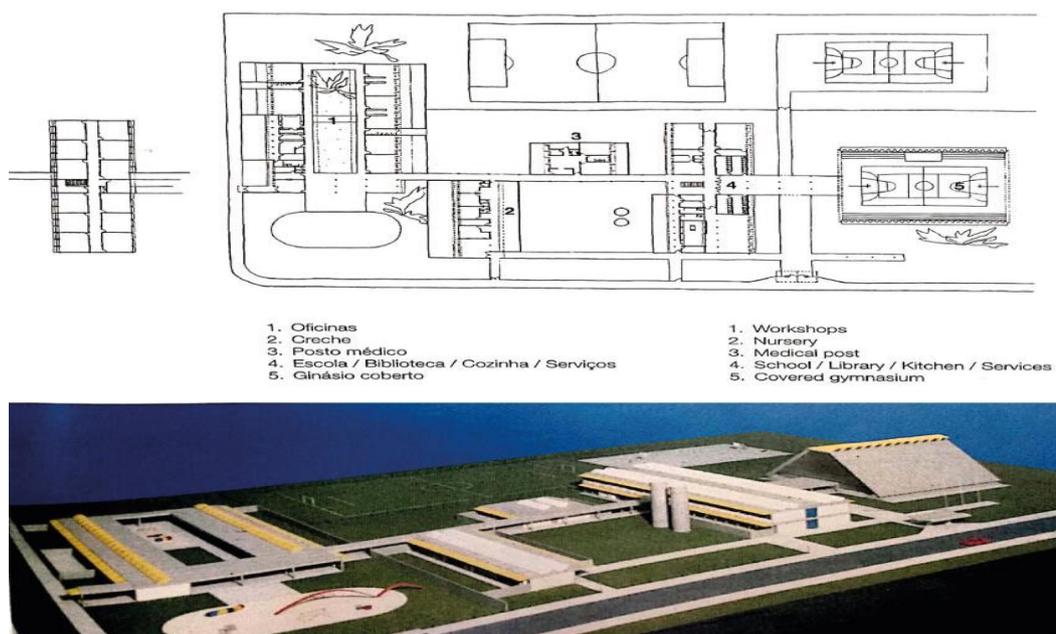
O modelo do CIAC/Centro Integrado de Ensino, com a mesma vertente do uso da argamassa armada, tinha 220 componentes. Quando você tem mais componentes, resolve melhor os problemas. Quando há escassez de componentes, é obrigado a ter soluções muito amarradas, pouco flexíveis. Quanto mais componentes, maior a flexibilidade. (Lelé, 2007).

Nessa perspectiva, o projeto de Lelé para os CIAC's refletia a preocupação com a funcionalidade e integração com o ambiente ao redor, isso é possível ver a partir das formas geométricas únicas do projeto como a da cobertura das quadras poliesportivas, algo de destaques na arquitetura dos CAIC's, na preocupação em maximizar o uso da ventilação e luz natural, ou no uso de fibra de vidro e materiais de concreto além de elementos de aço que garantem a durabilidade e estabilidade estrutural dos prédios. Embora houvesse modificações na construção e na parte estrutural devido as diferenças territoriais do país, todas partiram de um projeto de arquitetura comum de Lelé.

É possível observar os espaços de convivências e socialização adaptados para atividades culturais e esportivas além de espaços de cuidado à saúde integrados (Figura 6). Todos estes espaços foram pontos importantes contemplados nos projetos de construção dos CAIC's, com a intenção de criar ambientes que promovessem a interação entre as disciplinas e que facilitassem a oferta de benefícios a comunidade

local. Nesse sentido, o arquiteto combinava em sua obra de construção dos prédios do CAIC's, a inovação arquitetônica, buscando um compromisso com o bem-estar da comunidade do entorno da escola.

Figura 6 - Planta-baixa e volumetria da proposta piloto para os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente CAIC, elaborada por Lelé



Fonte: FERRAZ, M; LATORRACA, G, 2000, p. 187-188

As escolas CAIC's, foram criadas para o atendimento integral de crianças e adolescentes, tendo em mente essa característica é importante falarmos sobre os ambientes pensados para desenvolvimentos dessas ações. Essa atenção foi dividida em subprogramas: Proteção Especial à Criança e ao Adolescente; Promoção da Saúde da Criança e do Adolescente; Educação infantil (Creche e Pré-escola); Educação; Esporte; Cultura; Educação para o Trabalho e Alimentação. Pensar em realizar todos esses programas em um só prédio era o ponto forte do programa.

Em um contexto geral, a divisão de cada subprograma era feita de modo que cada um deles fosse atendido em um núcleo. A educação básica é realizada no primeiro prédio que possui dois pisos, no térreo fica a parte administrativa, laborativo, refeitório e banheiros, no mesmo bloco em um segundo piso ficam 12 salas de aulas padrão adotado pelo MEC, na construção dos CAIC's, conforme observado na figura 07.

Figura 7 - Redesenho computacional dos desenhos técnicos do bloco administrativo do CAIC José Jofilly semelhante ao do CAIC de Parnaíba - PI



Fonte: Redesenho de Ivanilson Pereira, Lucas Jales e Matheus Simões (2019).

Seguindo esse padrão, o governo federal tinha a expectativa de no ensino básico atender em médio 360 alunos em cada turno, tendo as salas de aulas como ambientes essenciais para aprendizagem. Nesse sentido, uma iluminação adequada que reduza a fadiga visual e contribua para a concentração, além ambientes ventilados que auxiliem no desempenho cognitivo e diminua o desconforto são fatores imprescindíveis para promover uma experiência educacional mais eficaz.

Entretanto, nem todos os subprogramas foram implementados em todas as unidades inauguradas pelo MEC, daremos destaque aqui nos que efetivamente foram executados no CAIC de Parnaíba.

A estrutura divisional da Escola Prof.<sup>a</sup> Albertina Furtado Castelo Branco, no primeiro núcleo, é igual ao padrão adotado pelo MEC, porém houve algumas alterações no projeto dos demais núcleos como a integração dos prédios de atenção à saúde, juntamente, com os espaços de biblioteca e auditório. Na Fig. 08 é possível ver a divisão dos espaços da escola CAIC de Parnaíba: a direita a estrutura da cobertura da quadra poliesportiva em seu formato triangular ao centro os prédios administrativo e de salas de aulas em segundo bloco ainda ao centro a área da biblioteca e saúde familiar e mais à esquerda o local destinado a educação pré-

escolar, além disso é possível perceber um panorama do entorno da escola CAIC de Parnaíba, já bastante povoada e desenvolvida.

Figura 8 - Vista Aérea da Escola Prof.<sup>a</sup>. Albertina Furtado Castelo Branco - CAIC, em Parnaíba



Fonte: Keila Carvalho Chavone. 2021

A ideia do programa de não dissociar a educação do bem-estar social, principalmente, do cuidado à criança e ao adolescente fez dos CAIC's, um importante centro de ajuda no combate e prevenção de doenças nas localidades circunvizinhas.

No CAIC de Parnaíba, a área definida ao ambiente de cuidado à saúde e prevenção de doença fica no segundo bloco com apenas um piso. Este espaço no projeto dos centros, tinha como foco programas de vacinação, check-ups regulares e educação sobre práticas saudáveis, além disso este subprograma, posteriormente, expandiu-se para a comunidade ofertando a população carente benefícios de saúde como consultas médicas e atendimentos odontológicos.

A experiência de incluir à saúde de maneira acessível a crianças, adolescentes e seus familiares em um espaço de colaboração com a escola destaca a importância de abordagens integradas para pleno desenvolvimento infantil demonstrando que o bem-estar de crianças e adolescente estão intrinsecamente ligados a fatores como saúde e educação.

A cultura também está contemplada no CAIC parnaibano, espaços como biblioteca, sala de auditório, anfiteatro a céu aberto são alguns exemplos de locais pensados para a criação do senso cultural nessas escolas.

Incorporar vários elementos de culturas locais e compreender de maneira mais profunda as tradições e identidades culturais, dentro dos CAIC's tinha como finalidade contribuir para promoção da diversidade e o respeito às diferenças entre os estudantes.

Na escola Prof.<sup>a</sup> Albertina Furtado Castelo Branco, durante a década de 1990, era abordado boa parte desse repertório de atividades contempladas no subprograma cultural dos CAIC's, como feiras culturais, espetáculos regionais como bumba meu boi e páscoa eram sempre realizadas e tinham como convidados a comunidade escolar.

O desenvolvimento de atividades como dança, música, teatro e feiras culturais no CAIC em Parnaíba buscava demonstrar o desenvolvimento social e emocional dos alunos, permitindo na participação desses tipos de eventos a sensação de pertencimento. As figuras 09, 10 e 11, evidenciam essa prática adotada pela instituição ao longo dos vários anos de funcionamento.

Realizar projetos culturais interdisciplinares era uma maneira eficaz de fomentar o interesse dos estudantes pela cultura, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades de pesquisa, comunicação e trabalho em equipe. Além disso, esses projetos abordavam temas como patrimônio cultural, folclore, literatura, música, artes visuais, entre outros, e envolvia a participação ativa da comunidade escolar.

A figura 09 demonstra uma peça teatral realizada pelos alunos da escola nos anos de 1990, onde eles parecem estar representando um conto de cordel típico da região nordestina, é possível observar ainda ao fundo ilustrações de desenhos que remetem gravuras dos cordéis bem como a caracterização dos alunos com vestimentas e indumentárias regionais utilizadas como nestes contos em que aparecem princesas e vaqueiros.

Figura 9 - Peça teatral apresentada no Mini Auditório do CAIC de Parnaíba



Fonte: Acervo Particular Keila Carvalho Chanove.

As feiras culturais e de ciências da escola era um momento de promoção cultural, principalmente, regional na figura 10, um grupo de alunos da década de 1990 e sua professora, na escola Prof<sup>a</sup>. Albertina Furtado a Castelo Branco, estão em uma das salas de aulas onde acontecem uma demonstração de comidas típicas do Nordeste além da demonstração da indumentária de vaqueiro figura característica nordestina

Figura 10 - Feira Cultural no CAIC de Parnaíba apresentação de Regionalismo Nordestino



Fonte: Acervo Particular Keila Carvalho Chanove.

Na figura 11 é possível verificar a professora Ana Maria, hoje aposentada, mas que esteve na escola desde dos primeiros anos de funcionamento, liderando um grupo de alunos em uma representação em sala de aula que parece estar relacionada a história e a arte com os alunos caracterizados de escultor e suas obras de artes estátuas, reforçando a ideia de construção cultural do indivíduo assim como era um dos objetivos da construção dos CAIC's.

Figura 11 - Prof.<sup>a</sup> Ana Maria e Alunos representando o escultor e suas obras Estátuas



Fonte: Acervo Particular Keila Carvalho Chanove.

Outro subprograma importante dos CAIC's, era criação de espaços para a prática de esportes e lazer, uma vez que nesses centros os alunos deveriam permanecer de forma integral no ambiente escolar, nesse sentido foram desenvolvidos para o projeto dos CAIC's, uma quadra poliesportiva com cobertura, campo de futebol Society e espaço para prática de voleibol.

A quadra em particular pode ser facilmente apresentada como característica marcante desses centros devido a arquitetura empregada em sua cobertura com formatos geométricos e os materiais Zenitais utilizados por Lelé.

Em Parnaíba nos anos 1990, a quadra de esportes do CAIC além de receber as práticas esportivas, também era usada para eventos escolares como gincanas e festas comemorativas como o dia das mães, páscoa, festas de natal e juninas.

Dramatizações como a paixão de cristo e os costumeiros casamentos matutos, nas festas juninas, faziam parte das atividades artísticas desenvolvidas na escola,

geralmente realizadas na quadra poliesportiva do CAIC em Parnaíba, conforme representado na figura 12, que mostra a dramatização de um casamento matuto que antecede a quadrilha, feita pelos alunos e com presença da comunidade escolar.

Figura 12 - Dramatização de casamento matuto, em festa junina na quadra da escola CAIC



Fonte: Acervo Particular Keila Carvalho Chanove.

Já em um terceiro prédio do CAIC de Parnaíba fica o núcleo de atenção infantil elaborado para cuidado de crianças em idade pré-escolar, o planejamento desse espaço segundo o projeto, visava acolher e manter as crianças lhes oferecendo uma educação de qualidade desde os primeiros anos de idade. Nele foram inseridos *playground* e matérias lúdicos para as crianças em idade de pré-escola, o objetivo era manter a criança deste os primeiros anos de escolaridade até sua formação no ensino fundamental.

Assim sendo, a construção da escola CAIC, na cidade de Parnaíba se mostrou um importante marco na área da educação e o desenvolvimento social do bairro Piauí, passando pela sua arquitetura moderna para época utilizando matérias e técnicas inovadoras que modificaram a paisagem de um bairro carente da cidade ou pelo desenvolvimento da comunidade localizada em um bairro periférico do município ou ainda pelo compromisso de integrar vários subprogramas em um mesmo local que possibilitasse aos alunos uma aprendizagem de qualidade desde os primeiros anos,

passando pelos cuidados à saúde dos alunos ampliando esse benefício a toda comunidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado representou um esforço significativo para preencher uma lacuna importante na pesquisa educacional, abordando a história da criação de instituições de ensino, com foco no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) de Parnaíba, estado do Piauí. Ao longo desta investigação, exploramos os aspectos políticos, sociais e pedagógicos que permearam a trajetória de criação da escola Professora Albertina Furtado Castelo Branco no período que compreende as décadas de 1980 e 1990, analisando desde sua concepção até o seu papel como agente de transformação social no período de redemocratização nacional.

Nesse sentido, a análise do contexto que estabeleceu o CAIC, na cidade de Parnaíba nos revelou elementos cruciais que influenciaram sua criação e desenvolvimento ao longo do tempo. Além disso, a compreensão do cenário histórico que deu origem à implantação dos CAIC's, tanto em âmbito nacional quanto local, foi enriquecida pela análise detalhada de documentos oficiais e planos de ensino da época.

A investigação também nos proporcionou a confirmação de que as escolas CAIC foram estabelecidas durante um momento crucial da história nacional, caracterizado por uma crescente preocupação com as questões sociais e educacionais. Dessa forma, os CAIC's representaram para o campo da educação e a renovação do compromisso com a promoção da igualdade e do bem-estar das futuras gerações, principalmente, no que diz respeito a proteção de crianças e adolescentes.

No entanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo. O tempo limitado para a pesquisa e a escassez de pesquisas anteriores sobre o tema restringiram uma análise mais aprofundada, especialmente, em relação a tópicos como a proposta de educação integral dos CAIC's. Portanto, sugere-se que pesquisas futuras explorem mais a fundo esses aspectos importantes da história educacional brasileira.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para aumentar a reflexão sobre a história das instituições de ensino no estado do Piauí e no município de Parnaíba, estimulando pesquisas futuras que aprofundem a compreensão da educação em seu vasto campo de abrangência. Ao ampliar o conhecimento sobre a história do CAIC e sua relevância no contexto educacional brasileiro, esta pesquisa visou enriquecer o

debate acadêmico e promover uma reflexão crítica sobre os desafios e as conquistas do sistema educacional do país.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto. **Collor inaugura Ciac na presença de 14 governadores. Jornal do Brasil**, Brasília, 19 out. 1991. p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015\\_1991\\_00194.pdf](https://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1991_00194.pdf), Acesso em: 29 fev. 2024.

ARRETCHE, Marta. T. S. **Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo**. Revista Brasileira de Ciências sociais, Vol14, n. 40, p. 111-141, jun. 1999.

BACH, Maria Regina; LARA, Ângela Mara de Barros. **Revisitando a reforma do Estado: os anos 1990 e as políticas públicas em educação do início do século XXI**. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul ANPED IX, 2012, Caxias do Sul. Anais do Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul ANPED IX... Caxias do Sul, p. 1-15. 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 26 jan. 2024.

CAMPOS, André Gambier. **Bem-estar social nos anos 1990 e 2000: Traços Estilizados da História Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 16-30, 2015.

CHANOVE, Keila Carvalho. **MINHA ESCOLA TEM HISTÓRIA PARA CONTAR: memórias e histórias da comunidade escolar do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, Professora Albertina Furtado Castelo Branco, Parnaíba, Piauí**, 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia) - Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2021.

Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien (1990: Jomtien, Tailândia). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em [https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao\\_mundial\\_sobre\\_educacao\\_para\\_todos\\_de\\_marco\\_de\\_1990.pdf](https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf), Acesso em: 02 jul. 2023.

CORNÉLIO, Yonária Oliveira. **A CIDADE E A CIDADE: o bairro Piauí a partir de 1980.**, 2010. 50 f. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2010.

COSTA, Reginaldo. **Canindé Correia o secretário do período que se construiu mais salas de aulas. Jornal Inovação**, Parnaíba, 20 out. 2020. p. 8. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1RhvwAsj6qayJ7LHmvp1g7EphreQ6pYVb>. Acesso em: 18 maio 2021.

DA COSTA VIEIRA, F. A. . **Um legado na Educação pública: Brizola e o Programa Especial de Educação no Rio de Janeiro**. Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 76–93, 2022. DOI: 10.46551/issn.2527-2551v19n1p76-93. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/5137>. Acesso em: 16 jun. 2024

DE QUADROS, Claudemir. **BRIZOLETAS: a ação do governo de leonel brizola na educação pública do rio grande do sul (1959-1963)**. Revista Teias, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 12 pgs., 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/23870>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FERRAZ, M; LATORRACA, G, 2000, p. 187-188. **Esquema em planta baixa e volumetria da proposta piloto para os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC** Disponível em [https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Esquema-em-planta-baixa-e-volumetria-da-proposta-piloto-para-os-Centros-de\\_fig4\\_370838941](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Esquema-em-planta-baixa-e-volumetria-da-proposta-piloto-para-os-Centros-de_fig4_370838941), Acesso em: 03 mar. 2024.

FERRETTI, Celso João. **Só a educação salva: o Projeto Minha Gente e a política educacional brasileira**. Em Aberto, Brasília, ano 10, n .50/51, abr./ set. 1992, Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/download/2125/1864/> Acesso em: 27 fev. 2024.

FILGUEIRAS, J. L. **João Filgueiras Lima (Lelé)**. Entrevista concedida a Adriano Carneiro de Mendonça. Salvador. 2007.

FRIGOTTO, Gaudencio; CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na década de 1990: Subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Revista Educação & Sociedade, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. Disponível em [82 V.24 - Dossiê: Políticas educativas em Portugal e no Brasil | Cedes \(unicamp.br\)](https://www.scielo.br/revista/82-V.24-Dossi%C3%A9-Pol%C3%ADticas-educativas-em-Portugal-e-no-Brasil-Cedes-unicamp.br), Acesso em 21 ago. 2023.

FUNDAÇÃO FHC.ORG.BR/Documentos. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/documentos>, Acesso em 02 jan. 2024.

GAMA, Maria E. R; SÔNEGO, Fabrícia. **A Escola na perspectiva da Educação Integral** Revista Regae, vol. 7, n. 14, p. 135-145. Jan/abr. 2018.

GOULART, Mariana Fortes. **CONFORTO TÉRMICO NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO PEDAGÓGICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ: proposta para melhoria do desempenho térmico de um antigo CAIC**, 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Área e Concentração em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

GUIMARÃES, Claudivan Santos. **A Educação no Brasil após a redemocratização (1985-2002)**. Revista Fundamentos, vol. 2, n. 1, p. 98-108. 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22894.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 6. n. 8, p. 1-57, 1991.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Estatísticas da Educação Básica no Brasil**. Brasília: INEP, [2000]. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/estatisticas\\_da\\_educacao\\_basica\\_no\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_da_educacao_basica_no_brasil.pdf), Acesso em 23 set. 2023.

JUNIOR, F. A. F. S. P. **A evolução das políticas sociais no brasil: o período de 1930 a 2010**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2014. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf>. Acesso em: 26 jun.2021.

MARCONE, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas 2003.

PEREIRA, Ivanilson, AFONSO, Alcília. **Caic José Jofilly de Campina Grande: anamnese da obra**. Revista Projetar, Vol. 5, n. 3, p. 155-175, set. 2020.

SOARES, Luísa. S. **MINHA ESCOLA TEM HISTÓRIA PARA CONTAR: Memórias da Comunidade Escolar do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, Professora Albertina Furtado Castelo Branco, Parnaíba, Piauí**. Entrevista concedida a Keila Carvalho Chanove. Parnaíba. 2021.

SOBRINHO, Jose Amaral; PARENTE, Marta Maria de Alencar. **CAIC: Solução ou Problema?** Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Série IPEA, nº 363).

TERRA. **1990: Realizada em Nova York a primeira Cúpula Mundial pela Criança**, diz instituto. Terra, 29 set. 2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/1990-realizada-em-nova-york-a-primeira-cupula-mundial-pela-crianca,fda676d7712f6039f0683d033819c969uiluorf4.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.